ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE CONSUMIDORES DA COCEL – 21/05/26

Aos 21 dias do mês de maio de 2026, nas dependências da COCEL, reuniram-se os seguintes membros do Conselho de Consumidores: Sr. Luiz Antonio Chiquitti (Titular da Classe Industrial); Sr. José Henrique Torres (Suplente da Classe Industrial); Sr. Hugo Ruthes (Titular da Classe Rural), Sr. Valdir Biernaski (Suplente da Classe Rural); Sra. Aline Vieira dos Anjos (Titular da Classe Poder Público); Sr. Antonio de Andrade (Titular da Classe Comercial), Sr. Marcelo Miguel Brolhani (Suplente da Classe Comercial); Sra. Priscila Mezzadri Bassani (Titular da Classe Residencial), Sr. Moacir Schneiders (Suplente da Classe Residencial); Sra. Bárbara Lunardon (Secretária Executiva Titular) e, como convidado, o Sr. Luciano Marcos Klos (diretor financeiro da Cocel).

A reunião foi aberta pelo Sr. Andrade, que solicitou à secretária a leitura das respostas da Cocel para os questionamentos apresentados na reunião anterior. As questões relacionadas ao processo de revisão tarifária e compra de energia de comercializadoras que estão em dificuldades financeiras foram respondidas pelo Sr. Carlos Conrado Krzyzanovski, Assessor de Regulação e Mercado da Companhia (texto anexo).

Em seguida, o Sr. Klos foi convidado a apresentar as atualizações sobre o processo de revisão tarifária da Companhia. O diretor apresentou os dados atuais, esclarecendo que ainda podem ocorrer mudanças no resultado final – uma vez que as tarifas da Copel (que interferem no custo) ainda não foram definidas, alguns dados estão sendo revisados pela auditoria, Cocel e Aneel e está aberta tomada de subsídios para envio de contribuições. O Sr. Klos destacou que alguns dos dados apresentados pelos técnicos na Aneel na reunião inicial com o Conselho já foram corrigidos, destacando o valor dos investimentos neste ciclo tarifário (mais de R$ 41 milhões, maior investimento da história da Companhia) e os ativos depreciados.

Conforme relato do Sr. Klos, neste momento a crise das comercializadoras não interfere na revisão, mas se trata de um ponto de atenção para todo o setor elétrico. Ele informou que representantes da Companhia já se reuniram com a Aneel e estão fazendo tudo que está ao alcance para que não haja impacto negativo para os consumidores campo-larguenses. Questionado pelo Sr. Xavier se os valores do saldo do "Uso de Bem Público" (UBP), recentemente divulgado pela ANEEL, teria impacto na revisão da Cocel, o Sr. Klos informou que não, apenas distribuidoras das regiões Norte e Nordeste, do Mato Grosso e de partes de Minas Gerais e do Espírito Santo receberão os valores – conforme regulamentação da ANEEL.

O Sr, Xavier também questionou o diretor se a Companhia conseguirá reduzir os custos de sua operação (custos que impactam na "Parcela B" da tarifa) já no primeiro ano após a revisão, considerando que – conforme Nota Técnica da revisão – os custos da operação estão acima do que é considerado pela ANEEL para a "empresa padrão". A Companhia precisaria reduzir 12,77% destes custos, com variação anual do ciclo de menos de 2,7%. O diretor informou que Cocel está buscando realizar adequações em seus processos para que seus custos sejam mais próximos da empresa padrão, destacando que o valor gasto ultrapassa o limite devido às ações relacionadas à qualidade do fornecimento de energia – como

manutenções preventivas, equipes de plantão para atendimento rápido em casos de interrupções, entre outros.

O Sr. Klos esclareceu que 60% dos valores recebidos pela Companhia que não são relacionados diretamente à distribuição de energia, como os recebimentos dos aluguéis de postes das empresas de telecomunicações e os valores recebidos do serviço de manutenção da iluminação pública, vão para a modicidade tarifária – apenas os 40% restantes podem ser usados pela Companhia para investimentos e outras melhorias. Tendo em vista este cenário, o diretor informou que está sendo estudada a criação de uma holding, para que a prestação de serviços seja vinculada a outro CNPJ e ainda podendo explorar outras atividades, como eventualmente a geração de energia.

O diretor também destacou que o aumento no valor da "Parcela B" (custos que são gerenciáveis pela Companhia) impacta muito pouco no reajuste, enquanto os custos não gerenciáveis – especialmente os custos de transmissão – estão impactando significativamente. O reajuste previsto para as tarifas da Copel também impactará o reajuste da Cocel, devido ao uso da Subestação Bom Jesus. Os ativos imobilizados da Copel aumentaram bastante, conforme Nota Técnica da revisão tarifária da Companhia Paranaense, em relação à revisão tarifária anterior.

Para o consumidor final da Cocel, o efeito médio do reajuste até o momento está previsto em 14,02% (19,05% para os consumidores atendidos em alta tensão e 11,59% para os consumidores atendidos em baixa tensão). Finalizada a apresentação, o Sr. Klos se colocou à disposição dos conselheiros para esclarecimentos adicionais e o Sr. Andrade agradeceu a participação do diretor.

O Sr. Ruthes e a Sra. Lunardon representaram o Conselho na Audiência Pública Aneel 002/2026, realizada em 29/04/26, de forma presencial (em Curitiba-PR), para tratar do reajuste da Copel. O Sr. Ruthes relatou que muitos produtores rurais e representantes de sindicatos rurais de todo o Paraná participaram da Audiência para manifestar insatisfação com o serviço prestado pela Copel, especialmente no atendimento a situações emergenciais – consideram que o tempo sem energia é muito elevado, o que estaria prejudicando a produção. Alguns consumidores e representantes de empresas elogiaram o trabalho da Companhia Paranaense, mas o descontentamento com o reajuste previsto (em média, 19%) foi unânime entre os presentes.

Também foram destaques na Audiência as críticas ao Programa Paraná Trifásico e à instalação de medidores inteligentes pela Copel. Conforme os relatos apresentados, o Paraná Trifásico teve alto custo (que está repercutindo nesta revisão tarifária) e poucos consumidores foram beneficiados, uma vez que o elevado custo de obra impediu muitos consumidores de proceder com a obra de conexão até a nova rede trifásica. Já a crítica à substituição de medidores é também relacionada ao alto investimento, que teria resultado em poucas melhorias para o consumidor. O Sr. Ruthes apresentou sua contribuição durante a Audiência, destacando os afundamentos de tensão (que tiveram origem em rede da Copel) e afetaram os consumidores campo-larguenses e de municípios vizinhos e, como membro do Sindicato Rural de Campo Largo, ratificou os problemas relatados pelos produtores rurais de todo o estado que estão sendo causados por interrupções no fornecimento de energia.

O próximo tema discutido foi o envio de contribuições à Aneel no âmbito da Tomada de Subsídios 09/2026 (que trata do processo de revisão tarifária da Cocel) e da Consulta Pública 005/2026 (que trata da revisão tarifária da Copel). As sugestões de textos já haviam sido compartilhadas pelos conselheiros que os redigiram com o restante do grupo, por e-mail. As versões finais foram aprovadas, por unanimidade, pelos membros e a secretária deverá providenciar o envio. A Sra. Lunardon lembrou os conselheiros da Consulta Pública 11/2026, sobre o tratamento regulatório e contábil dos créditos de micro e minigeração distribuída – o prazo para envio de contribuições encerra em 15/06/26.

O Sr. Ruthes informou que no período da manhã foi realizada mais uma reunião entre o Conselho e produtores rurais, com o objetivo de verificar as demandas dos consumidores e informar sobre recadastro rural e canais de atendimento da Cocel. O encontro foi realizado na sede do Horto Municipal, com o apoio do Sindicato Rural e da Secretara Municipal de Agricultura e Pecuária. O Sr. Andrade confirmou o agendamento de reunião com empresários do município, na sede da Associação Comercial e Empresarial de Campo Largo – Acicla, para 28/05/26. O principal tema a ser tratado é a abertura do mercado livre. Por fim, com a concordância de todos os conselheiros, a próxima reunião ordinária do Conselho foi transferida de 18 para 25/06/26 (após a definição do reajuste tarifário).

Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada e lavrada a presente ata, a qual vai assinada por todos os presentes.

Presidente: Antonio de Andrade

Membros:
Luiz Antonio Chiquitti
José Henrique Torres Xavier
Hugo Ruthes
Valdir Biernaski
Aline Vieira dos Anjos
Daiane Kaciele Segatto
Marcelo Miguel Brolhani
Priscila Mezzadri Bassani
Moacir Schneiders

Secretária executiva: Bárbara Lunardon



ANEXO I

Respostas aos questionamentos apresentados na reunião de 23/04/26:

Campo Largo, 18 de maio de 2026.

Ao Conselho de Consumidores da Cocel

Em atenção aos questionamentos apresentados pelo Conselho de Consumidores da Cocel em reunião realizada em 23/04/26, apresenta-se, a seguir, os esclarecimentos necessários:

Pergunta 1:
No Sparta da Revisão Tarifária da Cocel de 2026, tem os valores previstos para 2026 das tarifas de distribuição da Copel que estão apresentando para o Sub. Grupo A2 reajuste elevado em relação as tarifas de 2025 e também em relação as tarifas da última revisão tarifária da Copel do ano de 2021. Estes reajustes da Copel estão impactando diretamente nos reajustes elevados das tarifas da Cocel nesta revisão tarifária.
-Tusd Demanda Ponta - R$/KW- Reajuste de 110% em relação a 2025 e 153% em relação a revisão tarifaria de 2021
-Tusd Demanda Fora Ponta - R$/KW - Reajuste de 118% em relação a 2025 e 156% em relação a revisão tarifária de 2021
-Tusd Consumo -R$/MWh - Reajuste de 36% em relação a 2025 e 40% em relação a revisão tarifária de 2021.
Por que os reajustes das tarifas dos Sub.Grupos A2, A3a e A4 estão elevados em relação as tarifas de 2025? O que está contribuindo para este reajuste elevado ?

Resposta:
De forma geral, os custos relacionados à TUSD (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição) compõem itens da Parcela A quando representam encargos e custos não gerenciáveis pela distribuidora, sendo integralmente repassáveis nos processos tarifários.

Na Revisão Tarifária Periódica, além da análise econômico-financeira da distribuidora, a agência reguladora também reavalia diversos parâmetros técnicos e operacionais da concessão. Por esse motivo, os índices definidos na revisão tarifária não decorrem exclusivamente de variáveis financeiras ou inflacionárias, como ocorre no reajuste tarifário anual. A curva de carga dos consumidores também é reanalisada ocasionando mudanças na estrutura tarifaria.

Os itens da TUSD consumo, são os valores de encargos que a COCEL repassa para CCEE para cobrir os subsídios que estão vigentes.

Pergunta 2:
Desde 2020 as tarifas do TUSD Demanda da Copel do Sub.Grupo A2 (tensão de 88 a 138kv) sempre foram inferiores as tarifas dos Sub.Grupos A3a e A4(2,3 a 44kv). Na previsão da revisão tarifária de 2026 as tarifas da TUSD Demanda do Sub.Grupo A2 da Copel estão em média 69% acima das tarifas do Sub.Grupo A3a e A4 da Copel.

2.1)As tarifas do Sub.Grupo A2 não deveriam ser menores que as tarifas do Sub.Grupos A3a e A4?
2.2)O que justifica agora as tarifas do Sub.Grupo A2 estar bem superior as tarifas do Sub.Grupo A3a e A4?

Resposta:

A COPEL também está passando por revisão tarifaria, momento que reconhece os investimentos que não tiveram cobertura no ciclo tarifário. Observamos que a COPEL fez grande investimento em interligações 138 kV nas subestações e isso esta impactando nas tarifas neste nível de tensão.

As tarifas em níveis superiores poderiam ser mais baratas, porém teve uma alteração grande em subestações que eram atendidas em 34,5 kV passando para 138 kV e estes investimentos entram na base de remuneração do nível de tensão.

Pergunta 3:
Devido a Tradener ter solicitado recuperação judicial e poder vir a não fornecer a energia que a Cocel tem contratada com a mesma, segue sugestão: A Cocel não poderia tentar negociar a energia comprada da Tradener para não correr o risco de ficar exposta ao Mercado e adquirir esta energia do mercado CCEAR ou da energia base?

Como a Tarifa da Tradener (R$243,33/MWh) é quase igual ao valor médio da energia comprada no CCEAR (R$245,87/MWh) e está maior que o valor médio da energia base (Itaipu/Angra/Cotas Lei-224,53/MWh) se a Cocel puder adquirir estas outras energias não terá grande impacto no aumento das tarifas já previstas na compra de energia que está no Sparta da Revisão Tarifária."

Resposta:
No momento é uma recuperação extrajudicial. A COCEL já fez reuniões com ANEEL e CCEE, estamos com processo referente aos valores de março 2026, o qual não tivemos pagamentos de nenhum valor a maior. No mês de abril os registros foram efetuados conforme contrato, não deixando exposições para COCEL.

Os contratos são homologados pela ANEEL. A resposta que tivemos do órgão regulador que os contratos precisam ser cumpridos. Toda compra de energia, mesmo no MCSD, precisa ter homologação da ANEEL a qual não confirmou o que seria possível fazer neste momento. A COCEL está acompanhando todo o processo, no momento os contratos estão sendo registrados em conformidade.

Permanecemos à disposição caso necessite de esclarecimentos adicionais.

Cordialmente,

Carlos Conrado Krzyzanovski
Assessor de Regulação e Mercado - Cocel